

Anistia - militares (ANC)

# Forças Armadas não querem anistiar militares cassados

Dos enviados especiais e da Sucursal de Brasília

Negociações destinadas a manter a anistia aos militares nos limites fixados pelo atual anteprojeto de texto constitucional, foram desencadeadas nas últimas 36 horas, mobilizando o presidente Sarney, os três ministros militares, o ministro-chefe do SNI, o deputado Ulysses Guimarães e lideranças constituintes.

A contra-ofensiva surgiu como reação aos entendimentos de constituintes, em torno da emenda do deputado Wilson Souza (PMDB-SC), pela qual 1.539 praças, sargentos e cabos da Marinha e Aeronáutica, cassados em 1964 e não beneficiados pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral,

teriam o direito ao recebimento dos soldos até agora pagos aos que permaneceram na ativa. A questão foi discutida sexta-feira à noite, no Palácio da Alvorada, em reunião de Sarney com os ministros Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, Henrique Sabóia, da Marinha, e Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, além de Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI.

Ontem de manhã, Sarney comentou com um assessor que as mudanças propostas no Congresso constituinte eram "preocupação muito grande" na área militar, e que a intransigência de seus ministros baseava-se em incompatibilidades com os cassados.

Esse relato foi transmitido ao

deputado Ulysses Guimarães, às 10h, quando chegava no Congresso, o qual convocou imediatamente uma reunião com o senador José Richa (PMDB-PR) e o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Depois reuniu-se como deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), oficial da reserva da PM, considerado um dos constituintes de maior trânsito na área militar. Por volta das 16h, entraram em ação os articuladores próximos do presidente Sarney, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente Priso Viana, e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Ana (PMDB-BA), com a tarefa de estudar uma tática para evitar, em plenário, proposta de ampliação da anistia.